

O MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE DIANTE DA CRISE DA COVID-19

*Vicente Loeblein Heinen**

Resumo: A crise associada à pandemia da Covid-19 agravou ainda mais a situação do mercado de trabalho brasileiro, que já se encontrava em patamares históricos de deterioração. O objetivo deste artigo é analisar os impactos dessa crise sobre o mercado de trabalho de Santa Catarina. Para tanto, são utilizados principalmente os dados da PNAD Contínua referentes ao 2º trimestre de 2020, visando identificar o comportamento da força de trabalho, as principais características dos postos de trabalho perdidos e os efeitos sobre a renda do trabalho no período. O mercado de trabalho catarinense foi fortemente atingido a partir de março de 2020, com quedas históricas no nível de ocupação. Os primeiros trabalhadores a serem atingidos foram aqueles que se encontravam em ocupações mais flexíveis, com menor grau de proteção social. Durante o período mais agudo da pandemia, a maior parte dos postos de trabalhos perdidos esteve concentrada entre os empregados informais, os trabalhadores dos serviços e a população negra. Com a contração da população ocupada e do número de horas trabalhadas, houve uma intensa queda nos rendimentos do trabalho, destacadamente nas menores faixas salariais. Esses resultados indicam que os impactos da atual crise não devem ser de curta duração, incidindo de forma permanente sobretudo na informalização do emprego, na elevação das desigualdades de renda e na deterioração das condições de trabalho.

Palavras-chave: Santa Catarina; Covid-19; desemprego; renda do trabalho.

THE LABOR MARKET OF SANTA CATARINA ON THE COVID-19 CRISIS

Abstract: The crisis associated with the Covid-19 pandemic has further aggravated the situation of the Brazilian labor market, which was already at a historic level of deterioration. The purpose of this article is to analyze the impacts of this crisis on the labor market in the state of Santa Catarina. For this purpose, the study is based on the PNAD Contínua data, mainly referring to the 2nd quarter of 2020, which are used to identify the behavior of the labor force, the main characteristics of the jobs lost and the impacts on labor income in that period. The labor market of Santa Catarina was strongly hit from March 2020, with a historical slump in the level of occupation. Workers in more flexible occupations, with a lower degree of social protection, were the first to be hit. During the most acute period of the pandemic, most of the jobs lost were concentrated among informal employees, service workers and the black population. With the contraction of the employed population and the number of hours worked, there was an intense fall in the level of income from work, especially in the lower salary ranges. These results indicate that the impacts of the current crisis may not end in the short term, tending to affect negatively and permanently the levels of informal employment, income inequalities and working conditions.

Keywords: Santa Catarina; Covid-19; unemployment; income from work.

* Estudante de Economia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (Necat/UFSC). E-mail: vicenteheinen@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro passou por um profundo processo de deterioração nos últimos anos, atingindo índices de desemprego superiores inclusive aos registrados na década de 1990¹. A taxa de desocupação, que flutuava ao redor de 7% no início de 2014, ultrapassou a marca dos 13% em 2017. Nos dois anos seguintes, a situação permaneceu adversa, uma vez que o desemprego seguiu em torno dos 12% até 2019 (PNADC/T, 2020).

Apesar de se manter com o menor índice de desemprego do país, o mercado de trabalho de Santa Catarina também foi fortemente atingido nesse processo. A taxa de desocupação estadual saltou de 3,1% para 7,9% entre o 1º trimestre de 2014 e de 2017, mediante a incorporação de 191 mil novos desempregados. Desde então, houve uma gradual redução dessa taxa, no entanto o patamar atingido ao final de 2019 (5,3%) ainda era quase duas vezes superior ao registrado no mesmo período de 2014 (PNADC/T, 2020).

Com a chegada da pandemia da Covid-19 ao Brasil, fatores como o fechamento de estabelecimentos, as restrições logísticas, o encarecimento dos insumos e a queda generalizada na demanda deflagraram uma crise que agravou ainda mais esse cenário. Por um lado, essa crise levou ao encerramento ou à redução das atividades das pequenas e médias empresas, com impactos mais severos justamente nos ramos mais intensivos em mão de obra, como o varejo e os serviços prestados às famílias. Por outro lado, empresas de grande porte de diversos segmentos responderam (ou ainda responderão) à crise com a reestruturação de suas atividades, reduzindo a força de trabalho empregada.

Diante disso, a tendência é de uma acelerada centralização do capital, acompanhada de um fechamento massivo de postos de trabalho, os quais dificilmente serão recuperados num futuro próximo. Assim, a pandemia Covid-19 no Brasil pode ter deflagrado a pior crise da história do mercado de trabalho nacional.

Tendo em vista esse contexto, o objetivo deste artigo é analisar o comportamento do mercado de trabalho de Santa Catarina no período mais crítico da pandemia da Covid-19, que abrange sobretudo o 2º trimestre de 2020. Para tanto, serão utilizados

¹ A retropolação da PNAD Contínua feita por Bacciotti e Marçal (2020) fornece uma série histórica da taxa de desemprego do Brasil para o período 1976-2016. Segundo esses dados, o país atingiu seu pico histórico de desemprego ao final de 2016, com uma taxa que chegou a ser 3 pontos percentuais maior do que a máxima registrada ao longo de toda a década de 1990.

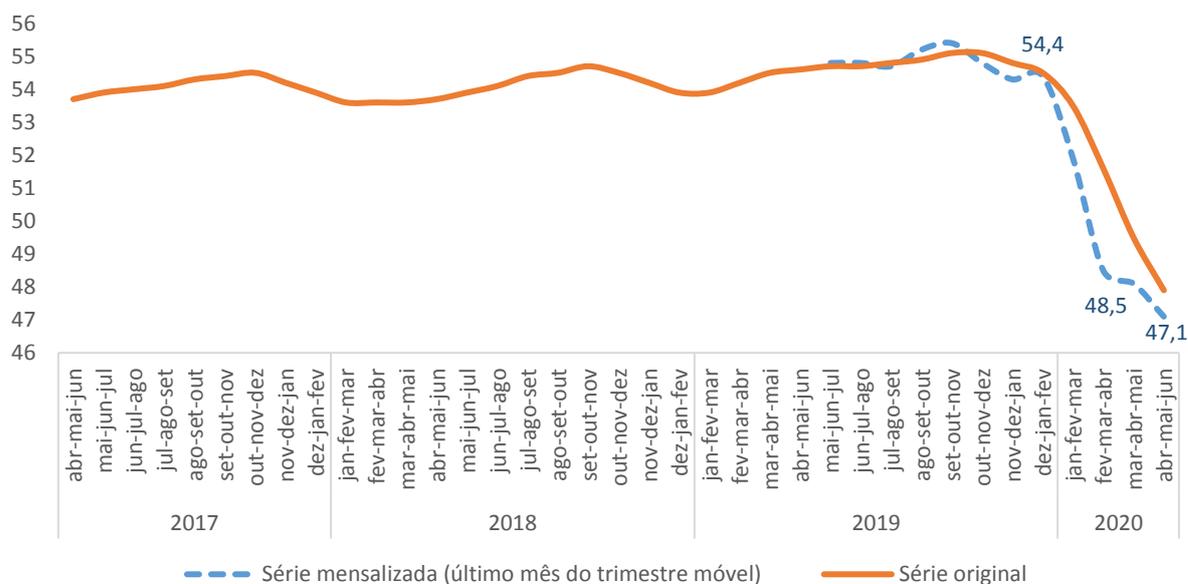
principalmente os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) trimestral.

Para além desta introdução, o artigo conta com outras quatro seções. A primeira delas examina a evolução recente da força de trabalho e de seu nível de utilização no Brasil e em Santa Catarina. A segunda seção avalia as principais características dos postos de trabalho perdidos e dos trabalhadores catarinenses mais atingidos no 2º trimestre de 2020. Já a terceira aborda os impactos da crise da Covid-19 sobre os rendimentos do trabalho em Santa Catarina. Por fim, a última seção traz as considerações finais do estudo, destacando as principais perspectivas para o mercado de trabalho estadual.

2. A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA NO 1º SEMESTRE DE 2020

Às vésperas da pandemia, o mercado de trabalho brasileiro ainda se encontrava em grande medida condicionado pelos efeitos da crise econômica deflagrada em 2014. Esse cenário se refletiu no comportamento do nível da ocupação (proporção da população em idade de trabalhar que se encontra ocupada), indicado na Figura 1. Ao longo de 2019, esse indicador flutuava em torno dos 54% no país, cerca de 3 pontos percentuais (p.p.) abaixo da média de 2014.

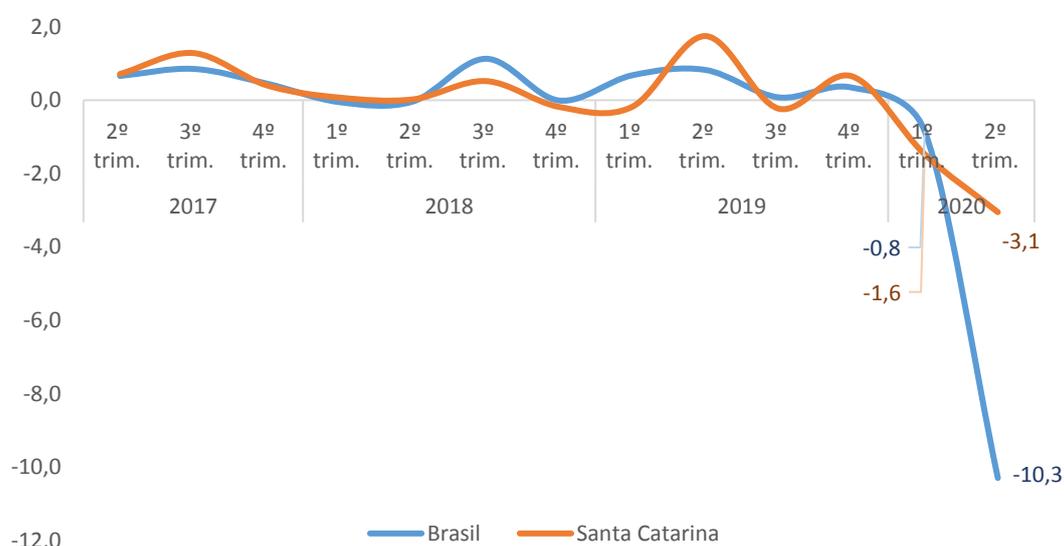
Figura 1 – Nível da ocupação (% nos trimestres móveis encerrados entre junho de 2017 e de 2020 e na série mensalizada entre junho de 2019 e de 2020).



Com os primeiros impactos da crise associada à Covid-19, teve início um período de abrupta queda nas ocupações em todo o país. De acordo com a mensalização da série da PNAD Contínua elaborada por Marcos Hecksher (2020), essa queda começou em março de 2020, agravando-se nos meses seguintes. Somente entre março e junho de 2020, o Brasil já havia perdido 11,3 milhões de postos de trabalho. Com isso, o nível da ocupação, que era de 54,4% em fevereiro, caiu aceleradamente para 48,5% em abril, atingindo 47,1% em junho. Desse modo, pela primeira vez na série histórica, mais da metade das pessoas de 14 anos ou mais de idade no país não trabalhou sequer uma hora na semana de referência da pesquisa.

Para situar Santa Catarina nesse cenário, a Figura 2 apresenta as taxas de crescimento trimestral da população ocupada no estado e no país nos últimos três anos, calculadas a partir de séries com ajustes². Esses dados indicam que, assim como ocorreu no conjunto do país, o mercado de trabalho catarinense também sofreu uma perda de empregos em ritmo inédito no 1º semestre de 2020.

Figura 2 – Crescimento trimestral da população ocupada no Brasil e em Santa Catarina, série com ajustes (2017-2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

Em comparação com a média nacional, a queda nas ocupações em Santa Catarina foi mais severa no 1º trimestre de 2020 (basicamente em março), mas relativamente menos intensa no 2º trimestre, a despeito da continuidade do cenário adverso.

² Para eliminar efeitos sazonais (que tendem a influenciar fortemente os indicadores dos primeiros meses de cada ano), os cálculos de todas as taxas desta seção foram feitos a partir de séries com ajustes.

Descontados os efeitos sazonais, a população ocupada no estado caiu 1,6% entre janeiro e março e outros 3,1% entre abril e junho de 2020. No Brasil, essas retrações foram de 0,8% e 10,3%, respectivamente.

Ainda que tenha fechado relativamente menos vagas do que o restante do país, Santa Catarina perdeu cerca de 110 mil postos de trabalho no 2º trimestre de 2020³. Somando essas perdas às registradas no 1º trimestre, já foram fechadas 164 mil vagas no estado. Para termos uma noção da dimensão dessa queda, vale notar que ela foi quatro vezes maior do que a perda acumulada no biênio 2015-2016, ou seja, no período mais intenso da recente crise econômica nacional.

Além do aumento das demissões, outra tendência importante em meio à pandemia foi o afastamento dos trabalhadores de seus postos de trabalho. Segundo dados da PNAD Covid-19 (2020), somente os afastamentos devidos ao distanciamento social chegaram a representar cerca de 14% da população ocupada brasileira e 7% da catarinense em junho de 2020. Em grande medida, essa prática foi potencializada pelo “Programa Emergencial para Preservação da Renda e do Emprego” (MP nº 936/ Lei nº 14.020), que levou à suspensão de 207 mil contratos de trabalho em Santa Catarina entre abril e junho deste ano⁴.

Nesse sentido, observamos que a realocação dos trabalhadores que foram demitidos ou afastados no período também foi muito distinta no estado e no país. Em Santa Catarina, grande parte desses trabalhadores permaneceram no mercado de trabalho, ocasionando um crescimento de 17,6% na população desocupada⁵ no 2º trimestre de 2020 (Figura 3). O número de desocupados no estado chegou a 257 mil pessoas nesse período, representando um aumento de 37 mil pessoas em relação ao trimestre anterior, descontados os efeitos sazonais.

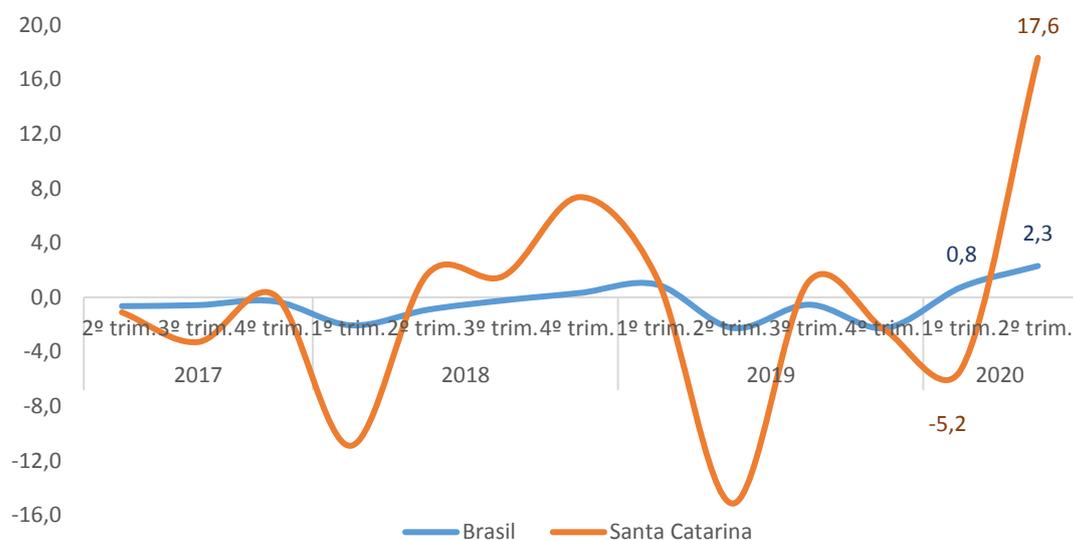
Esse resultado contrasta com o que ocorreu no conjunto do Brasil, onde a perda de empregos não se refletiu em uma grande elevação na procura por trabalho durante o 2º trimestre. Por consequência, a população desocupada no país cresceu relativamente menos (2,3%), aumentando em 284 mil pessoas com relação ao 1º trimestre.

³ Considerando-se a série sem ajuste sazonal, o estado perdeu 137 mil postos de trabalho entre março e junho de 2020.

⁴ Para uma análise dos impactos desse programa sobre o mercado de trabalho catarinense, cf. HEINEN (2020).

⁵ Segundo a metodologia da PNAD Contínua, são consideradas desocupadas as pessoas que não estão trabalhando, que realizaram procura efetiva por trabalho no mês de referência da pesquisa e que estariam disponíveis para assumi-lo, caso encontrassem (IBGE, 2020).

Figura 3 – Crescimento trimestral da população desocupada no Brasil e em Santa Catarina, série com ajustes (2017-2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

Existem dois determinantes principais que explicam a discrepância no comportamento desses indicadores nas duas regiões. O primeiro é a expectativa de encontrar emprego, que é mais elevada em Santa Catarina, comparativamente à média do país. Nesse aspecto, foi decisiva não apenas a queda menos intensa da população ocupada no estado, mas principalmente o patamar do desemprego no período pré-pandemia⁶. O segundo determinante é o período em que as medidas de distanciamento social mais restritivas estiveram em vigor em cada região. Tanto a adoção de medidas de distanciamento social mais rígidas, quanto sua posterior “flexibilização” começaram antes em Santa Catarina⁷. Dessa forma, houve uma defasagem importante na fase mais aguda de afastamentos e de demissões, bem como na fase em que a população volta a procurar trabalho.

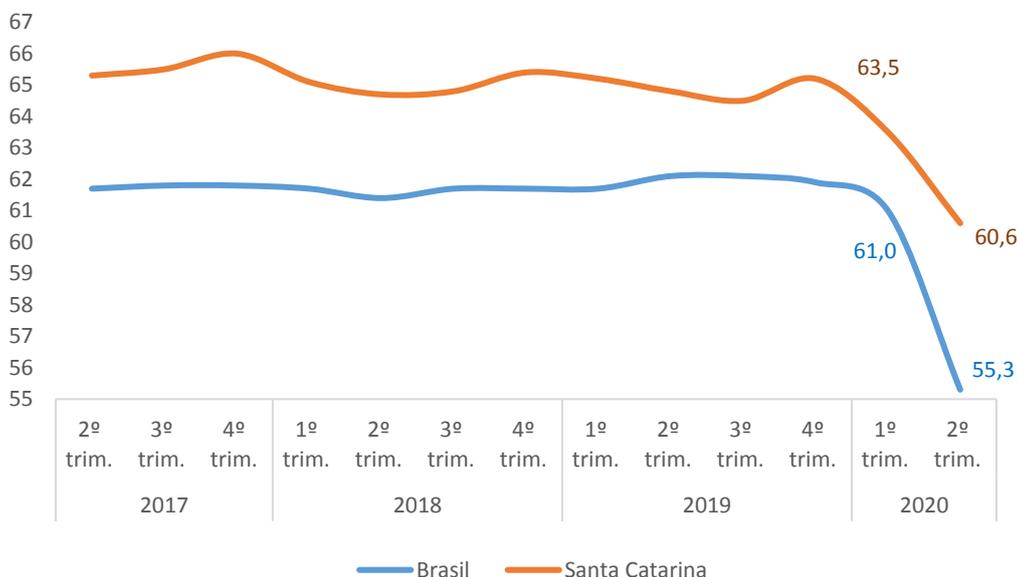
Esses movimentos são sintetizados na evolução da taxa de participação na força de trabalho, retratada na Figura 4. No período anterior à pandemia, essa taxa assumia lenta tendência de queda em Santa Catarina, e encontrava-se praticamente estável no Brasil. Com a forte queda do emprego no estado já a partir de março, ela caiu 1,7 p.p. no

⁶ O fato do estado contar com uma população desocupada mais reduzida também potencializa a dimensão de sua taxa de crescimento, que é calculada sobre uma base menor.

⁷ O índice de distanciamento social em Santa Catarina atingiu seu maior nível em março, aproximando-se dos 70% na última semana daquele mês. Já a partir de abril, o estado passou a flexibilizar a quarentena, enquanto medidas mais restritivas continuaram sendo adotadas em outras unidades da federação (MATTEI; DOURADO, 2020).

1º trimestre, atingindo os 63,5%. No mesmo período, a taxa nacional recuou 0,9 p.p., ficando em 61%.

Figura 4 – Taxa de participação na força de trabalho no Brasil e em Santa Catarina (2017-2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

Já no 2º trimestre, a queda na taxa de participação foi mais intensa no Brasil (-5,7 p.p.), embora também tenha sido muito expressiva em Santa Catarina (-2,9 p.p.). Com isso, a proporção da população incorporada à força de trabalho atingiu sua mínima histórica em ambos os casos, sendo de 55,3% no país e 60,6% no estado. No conjunto do semestre, estima-se que cerca de 150 mil catarinenses e outros 10 milhões de brasileiros tenham saído do mercado de trabalho.

O comportamento desses indicadores é fundamental para compreender a dinâmica atípica da taxa de desocupação no período, conforme Figura 5. No 1º trimestre de 2020, o desemprego foi de 12,2% no Brasil e de 5,7% em Santa Catarina, o que corresponde a uma queda interanual em ambos os casos (-0,5 p.p. e -1,5 p.p., respectivamente). Particularmente no caso catarinense, essa queda mais robusta se explica pelo crescimento do emprego ao longo de 2019 e pela saída massiva da população da força de trabalho em março de 2020⁸.

⁸ A saída da força de trabalho conteve o crescimento da população em busca de emprego e, por consequência, a taxa de desocupação no período (HEINEN; MATTEI, 2020).

Já no trimestre compreendido entre abril e junho, a taxa de desocupação foi de 13,3% no Brasil e de 6,9% em Santa Catarina. Esse resultado faz com que o estado siga com o menor índice de desemprego dentre todas as unidades da federação, no entanto já representa um crescimento de 0,9 p.p. com relação ao mesmo período do ano anterior.

Figura 5 – Taxa de desocupação no Brasil e em Santa Catarina (2017-2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

Além do indicador de desocupação, outras dimensões da corrente deterioração do mercado de trabalho podem ser observadas por meio das demais medidas de subutilização da força de trabalho⁹. Conforme os dados contidos na Figura 6, a taxa composta de subutilização da força de trabalho manteve-se em patamares muito elevados, contudo praticamente estáveis nos últimos anos¹⁰.

No 1º trimestre de 2020, subutilização ficou em 24,4% no Brasil e 10% em Santa Catarina, correspondendo a uma queda interanual de 0,6 p.p. e 2,1 p.p., respectivamente. No caso estadual, esse resultado também se explica pelas pessoas que deixaram o mercado de trabalho, com destaque para os subocupados. Por tenderem a ocupar postos de trabalhos mais flexíveis, grande parte destes trabalhadores estiveram entre os primeiros

⁹ A força de trabalho subutilizada é composta pelos desocupados, pela força de trabalho potencial (pessoas que desejariam estar trabalhando, mas que não procuram emprego ou não puderam assumir) e pelos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (pessoas que têm jornadas de trabalho inferiores a 40 horas semanais e necessitariam trabalhar mais horas). Para mais detalhes, cf. MATTEI; HEINEN (2019).

¹⁰ Em 2014, essa taxa era de aproximadamente 5% em Santa Catarina e 15% no Brasil. Após elevar-se enormemente até 2017, a subutilização ficou estagnada nos anos seguintes, principalmente por causa da transição dos desocupados para a população subocupada e para a força de trabalho potencial.

a serem demitidos (no caso dos empregados) ou a terem seus trabalhos inviabilizados (no caso dos autônomos) com a chegada da pandemia¹¹.

Figura 6 – Taxa composta de subutilização da força de trabalho no Brasil e em Santa Catarina (2017-2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

No 2º trimestre de 2020, a taxa de subutilização já bateu os 29,1% no Brasil, avançando 4,3 p.p. com relação ao mesmo período do ano anterior. Em Santa Catarina, essa taxa atingiu os 13,8%, com crescimento interanual de 3,1 p.p. O principal determinante para esse resultado foi o crescimento inédito da força de trabalho potencial, que passou a abranger 183 mil catarinenses. Com relação ao trimestre anterior, houve um aumento em 85 mil pessoas na força de trabalho potencial, sendo que 23 mil delas passaram à condição de desalento (não procuraram trabalho por julgarem que não encontrariam). Com isso, o total de desalentados no estado subiu para 54 mil. No conjunto do país, a força de trabalho potencial aumentou em 5,2 milhões de pessoas e o desalento em 913 mil somente entre abril e junho de 2020.

¹¹ Os microdados da PNADC/T (2020) indicam que os subocupados representaram cerca de 1/3 dos trabalhadores que saíram da força de trabalho no 1º trimestre. Desse total, 33% eram trabalhadores por conta própria, 21,6% eram empregados no setor privado sem carteira de trabalho e outros 17,7% sem carteira.

3. AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS POSTOS DE TRABALHO PERDIDOS NO 2º TRIMESTRE DE 2020 EM SANTA CATARINA¹²

O 2º trimestre de 2020 compreende a fase mais aguda dos impactos da crise associada à Covid-19 sobre o mercado de trabalho catarinense, marcada por uma queda inédita na população ocupada. Nesta seção, trataremos de caracterizar os postos de trabalho perdidos nesse período, no intuito de destacar os segmentos sociais mais atingidos. Essa caracterização será feita a partir dos indicadores de setor de atividade econômica; posição na ocupação e categoria do emprego; sexo; e cor/raça dos trabalhadores.

3.1. Setor de atividade econômica

O setor mais afetado pela pandemia da Covid-19 em Santa Catarina foi o de serviços. Nele se encontram os quatro grupamentos que registraram as taxas de crescimento mais negativas no 2º trimestre de 2020: Artes, cultura, esporte e recreação (-25,3%); Serviços pessoais (-22,3%); Serviços domésticos (-16,7%) e Alojamento e alimentação (-15,5%). Essas quedas estiveram associadas sobretudo à inviabilização dos serviços prestados às famílias em meio à pandemia, e resultaram no fechamento de 8 mil, 25 mil, 30 mil e 22 mil postos de trabalho, respectivamente. Somando esses saldos, temos cerca da metade das ocupações perdidas entre abril e junho de 2020 (Tabela 1).

Outro setor fortemente afetado pela pandemia foi o da construção, que sofreu queda de 12,6%, com destaque para os serviços especializados para construção (eletricistas, encanadores, pintores, etc.). Em termos absolutos, esse setor teve o segundo pior saldo (-30 mil vagas), ficando atrás apenas da Indústria de transformação.

A Indústria de transformação perdeu 38 mil ocupações entre abril e junho de 2020, com variação de -4,8%. Com isso, já foram fechados aproximadamente 75 mil postos de trabalho no setor desde o início do ano. Esse desempenho foi puxado pelas demissões nas indústrias metal-mecânica, têxtil, gráfica e de material plástico¹³. O

¹² A propósito de simplificação, nesta seção utilizaremos as séries originais da PNAD Contínua, sem ajustes sazonais. Com isso, pode haver divergências marginais com relação aos resultados expostos na seção 1.

¹³ Em análise aos impactos da pandemia sobre o emprego industrial, Marcatto e Torraca destacam que “os setores de baixa e média-baixa intensidade tecnológica [exceto *commodities* agrícolas] foram os que apresentaram queda mais significativa. A maior parte das ocupações industriais ameaçadas estão em setores intensivos em empregos de menor qualificação e menor remuneração, com baixa proteção social e menor capacidade de realizar uma recomposição entre redução de carga horária e destruição de postos de trabalho” (2020, p. 24). As projeções realizadas pelas autoras indicam que as ocupações perdidas na indústria têxtil se devem especialmente à queda no consumo das famílias. Já no caso das indústrias metal-mecânica e de material plástico, destaca-se também os impactos derivados da queda das exportações e dos investimentos das empresas.

resultado só não foi pior em razão do aumento da população ocupada por conta própria na confecção de artigos do vestuário e acessórios (máscaras, em grande medida) e pelas contratações nas indústrias química e alimentícia.

Tabela 1 – População ocupada por grupamento de atividade econômica (1º e 2º trimestre de 2020, mil pessoas)¹⁴.

	1º Trim.	2º Trim.	Saldo	Var. (%)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	347	344	-3	-0,9
Indústria geral	815	787	-28	-3,4
Indústrias de transformação	784	746	-38	-4,8
Construção	235	205	-30	-12,6
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	651	629	-22	-3,4
Transporte, armazenagem e correio	162	162	0	-0,2
Alojamento e alimentação	145	122	-22	-15,5
Informação e comunicação	58	79	21	36,3
Atv. financeiras, imobiliárias, de seguros e serv. relacionados	77	71	-6	-7,4
Atividades profissionais, científicas e técnicas	134	144	11	8,0
Atividades administrativas e serviços complementares	123	116	-7	-5,5
Adm. pública, defesa e seg. social; educação; saúde e serv. sociais	523	535	13	2,4
Artes, cultura, esporte e recreação	32	24	-8	-25,3
Outras atividades de serviços (serviços pessoais)	113	88	-25	-22,3
Serviços domésticos	180	150	-30	-16,7
	3.595	3.458	-137	-3,8

Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

O grupamento de Comércio e reparação de veículos foi responsável pelo fechamento de 22 mil ocupações no 2º trimestre de 2020, apresentando queda de 3,4%. Em termos relativos, essa queda contrasta enormemente com o resultado nacional do setor, cuja variação foi de -12,3%. Além disso, também foram registradas variações negativas nas Atividades financeiras, imobiliárias, de seguros e serviços relacionados (-7,4%); e nas Atividades administrativas e serviços complementares (-5,5%). Já os setores agropecuário e de transportes foram menos afetados, apresentando saldos praticamente nulos.

Apenas três grupamentos apresentaram saldos positivos no período. O principal deles foi o das atividades de Informação e comunicação, que geraram 21 mil novas vagas, registrando crescimento da ordem de 36%. Essa expansão significativa se deve em grande medida à disseminação do regime de trabalho remoto no estado. E isso principalmente

¹⁴ Durante a pandemia o IBGE passou a coletar os dados da PNAD Contínua por telefone, o que elevou a taxa de não-resposta às entrevistas. Em razão disso, houve um aumento no coeficiente de variação e do intervalo de confiança dos indicadores, que, por isso, devem ser analisados com cautela. (IBGE, 2020b).

por duas razões: primeiro, pela facilidade relativa em adotar esse regime de trabalho no próprio setor; segundo, pelo aumento da demanda por tecnologias da informação e comunicação ocasionada pela reestruturação de empresas de outros setores. Essas mudanças também podem estar relacionadas com o desempenho das Atividades profissionais, científicas e técnicas, que apresentaram crescimento de 8%, com saldo de 11 mil postos de trabalho.

Embora em escala menor, ainda houve expansão no grupamento de Administração pública, defesa, seguridade social; educação; saúde humana e serviços sociais (2,4%, ou 13 mil ocupações). Nesse caso, o destaque ficou por conta das novas vagas geradas na administração pública¹⁵.

3.2. Posição na ocupação e categoria do emprego

Em linhas gerais, as demissões foram mais frequentes entre os trabalhadores que se encontravam em ocupações mais precárias, com destaque àqueles que não puderam realizar suas atividades a distância. Nesse sentido, observamos que os trabalhadores informais foram relativamente mais afetados, com retração média de 4,7% no 2º trimestre de 2020, face ao recuo de 3,3% nas ocupações formais (Tabela 2).

Tabela 2 – População ocupada por posição na ocupação e categoria do emprego (1º e 2º trimestre de 2020, mil pessoas).

	1º Trim.	2º Trim.	Saldo	Var. (%)
Empregado no setor privado - com carteira	1.736	1.647	-89	-5,1
Empregado no setor privado - sem carteira	218	174	-44	-20,2
Trabalhador doméstico - com carteira	71	59	-12	-16,9
Trabalhador doméstico - sem carteira	107	91	-16	-15,0
Empregado no setor público - com carteira	48	46	-2	-4,2
Empregado no setor público - sem carteira	48	49	1	2,1
Funcionário público estatutário ou militar	270	310	40	14,8
Empregador	205	192	-13	-6,3
Conta própria	822	818	-4	-0,5
Trabalhador familiar auxiliar	70	73	3	4,3
Total	3.595	3.458	-137	-3,8
<i>Proxy das ocupações formais</i>	<i>2.330</i>	<i>2.254</i>	<i>-76</i>	<i>-3,3</i>
<i>Proxy das ocupações informais</i>	<i>1.265</i>	<i>1.205</i>	<i>-60</i>	<i>-4,7</i>

Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

¹⁵ Particularmente no caso desse grupamento, observamos uma discrepância considerável na comparação com os dados do Novo Caged (2020), onde seu saldo foi negativo no período.

A maior queda relativa foi registrada na categoria dos empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, que perdeu cerca de 20% de seus postos de trabalho no trimestre, registrando saldo de -44 mil ocupações. Em seguida, aparecem os trabalhadores domésticos, com quedas expressivas tanto entre os empregados com carteira (-16,9%), como entre os sem carteira (-15%). Devido ao fechamento de um grande número de micro e pequenos estabelecimentos, a população ocupada como empregador recuou 6,3%.

Sendo a categoria mais expressiva do mercado de trabalho catarinense, o emprego no setor privado com carteira de trabalho assinada foi responsável pela maior perda absoluta no 2º trimestre, com saldo de -88 mil ocupações. Com isso, sua taxa de crescimento foi de -5,1%, abaixo inclusive da média da população ocupada. A rigor, foram as ocupações no setor público que contribuíram para evitar uma queda ainda maior do emprego formal, em razão de contarem com maior estabilidade no emprego.

Já no caso dos trabalhadores por conta própria sem CNPJ, a queda foi de 11,7%. Esse resultado foi muito próximo à retração média do conjunto das ocupações informais, que ficou em 11,8% com relação ao trimestre anterior.

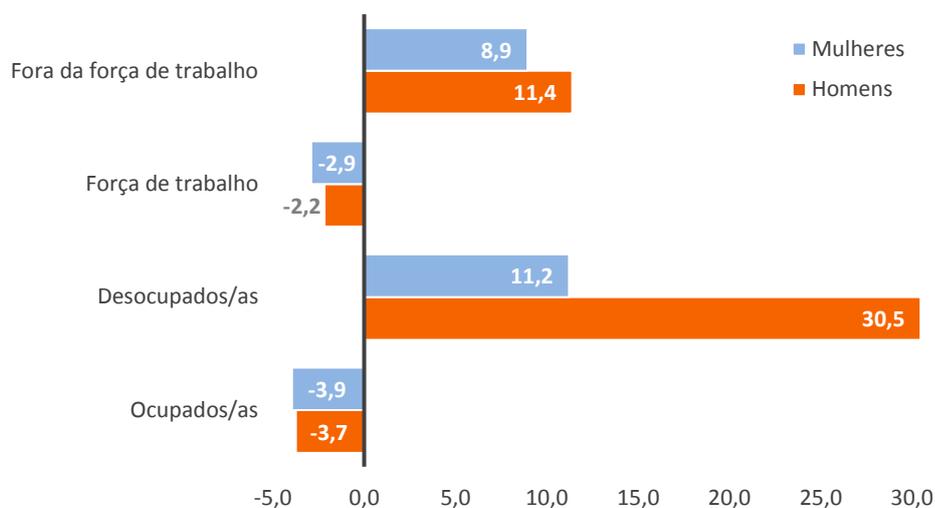
Essa discrepância entre as categorias revela a importância da formalização do emprego para a segurança social, em contraste com a falta de garantias de emprego e renda que tendem a acompanhar os trabalhos informais.

3.3. Sexo dos trabalhadores

Se por um lado as mulheres foram as mais afetadas pelas demissões no setor de serviço, por outro lado o volumoso fechamento de vagas na indústria e na construção atingiram principalmente os homens. Com isso, a queda nas ocupações foi praticamente proporcional entre os sexos, uma vez que a variação nos postos de trabalhos ocupados por mulheres foi negativa da ordem de 3,9%, enquanto nos ocupados por homens foi de -3,7% (Figura 7).

No entanto, diferenças importantes são reveladas por outros indicadores. Um exemplo disso é o fato de que a população desocupada masculina cresceu mais do que a feminina (30,5%, face a 11,2% entre as mulheres). Isso indica que, embora as demissões tenham incidido em mesma intensidade em ambos os sexos, os homens tiveram mais condições de realizar procura efetiva por trabalho. Essa dinâmica deve se refletir em um aumento da desigualdade entre os sexos no período de retomada das ocupações.

Figura 7 – Taxa de crescimento trimestral da força de trabalho por sexo e condição de ocupação (2º trimestre de 2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

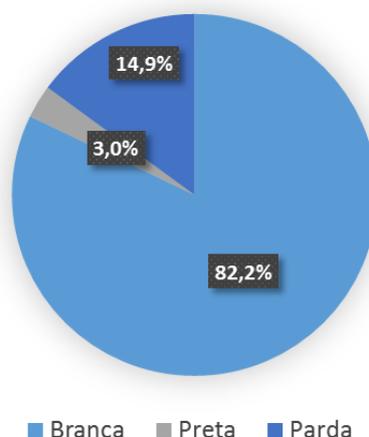
Em contraste, a saída do mercado de trabalho foi um movimento mais comum entre as mulheres, sobretudo em razão do agravamento das duplas jornadas de trabalho, associadas à sobrecarga de trabalho doméstico e ao fechamento de creches e escolas. Com isso, o número de mulheres fora da força de trabalho cresceu 11,4% no 2º trimestre de 2020, enquanto para os homens esse crescimento foi de 8,9%.

3.4. Cor ou raça

Ainda mais dramática foi a forma como a pandemia aprofundou as desigualdades raciais no mercado de trabalho catarinense. Embora representasse aproximadamente 18% no início de 2020 (Figura 8.1), a população negra concentrou quase 80% de todos os postos de trabalho perdidos em Santa Catarina no 2º trimestre (Figura 8.2).

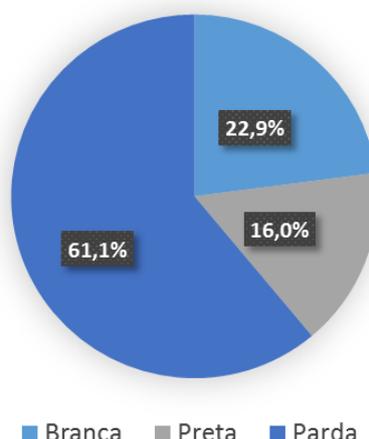
Particularmente no caso da população preta, cerca de uma em cada cinco pessoas perdeu sua ocupação no estado somente entre os meses de abril e junho de 2020. De forma semelhante, o desemprego também acometeu gravemente a população parda, para a qual a queda nas ocupações foi da ordem de 15%. Essa queda foi proporcionalmente bem inferior na população branca, que registrou variação negativa da ordem de 0,9%. Em termos absolutos, isso significou a perda de 80 mil postos de trabalho entre os pardos, 26 mil entre os brancos e 21 mil entre os pretos.

Figura 8.1 – Distribuição da população ocupada por cor/raça em Santa Catarina (1º trimestre de 2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

Figura 8.2 – Distribuição dos postos de trabalho perdidos em Santa Catarina (2º trimestre de 2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

4. IMPACTOS NOS RENDIMENTOS DO TRABALHO EM SANTA CATARINA

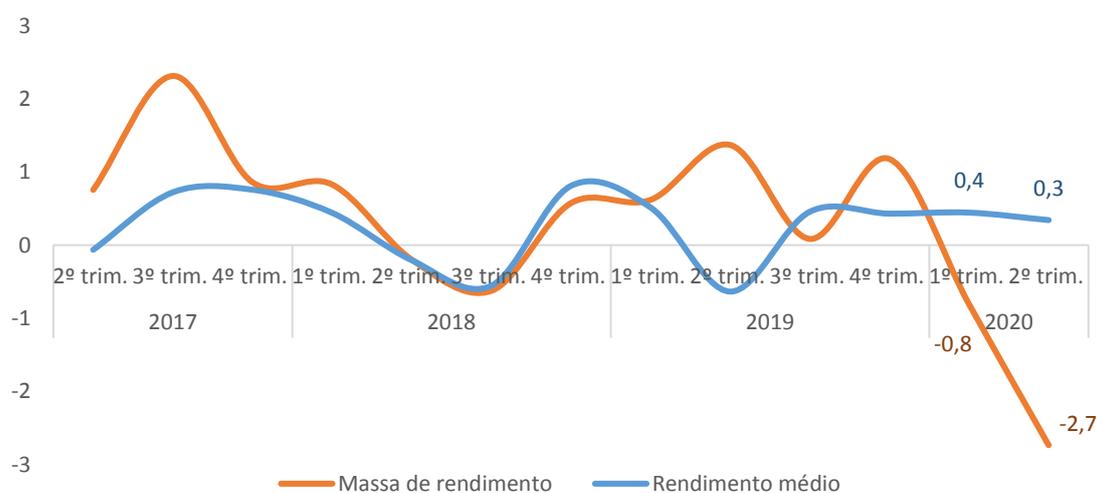
Do ponto de vista dos rendimentos, a situação do mercado de trabalho catarinense também já não era das melhores no período anterior à pandemia. Ao final de 2019, os rendimentos do trabalho no estado ainda se encontravam em patamares semelhantes aos registrados em 2014 (PNADC/T).

Com a crise associada à Covid-19, houve uma rápida elevação da população sem renda do trabalho, ao mesmo tempo em que os trabalhadores que conseguiram se manter ocupados viram seus rendimentos efetivos reduzidos. O número médio de horas

efetivamente trabalhadas em Santa Catarina durante o 2º trimestre de 2020 ficou 13% abaixo das jornadas habituais, o que foi acompanhado por reduções nos rendimentos, destacadamente aqueles de caráter variável, como no caso dos trabalhadores por conta própria. Embora tenham sido compensados por rendimentos de outras fontes (com destaque para o Auxílio Emergencial), essas perdas incidiram diretamente sobre o orçamento das famílias catarinenses, que tem no trabalho a fonte de cerca de 75% de sua renda total (PNADC/A, 2019).

De acordo com os dados contidos na Figura 9, a massa de rendimentos reais efetivamente recebida em todos os trabalhos em Santa Catarina caiu 2,7% no 2º trimestre de 2020, acumulando queda de 3,5% desde o início do ano, descontados os efeitos sazonais. No entanto, o rendimento real médio permaneceu praticamente inalterado no 2º trimestre (0,3%), apresentando inclusive um crescimento expressivo quando considerada sua medida habitual (4,7%)¹⁶.

Figura 9 – Taxa de crescimento trimestral do rendimento médio e da massa de rendimento real efetivamente recebidos em todos os trabalhos em Santa Catarina, série com ajustes (2017-2020, em %).



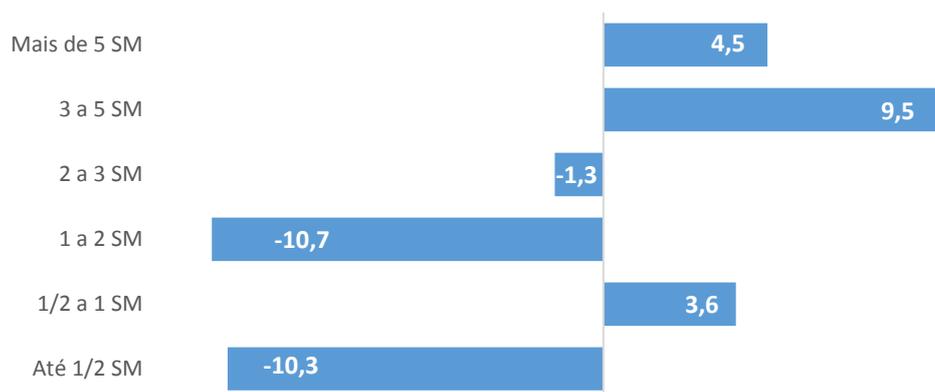
Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

A Figura 10 traz elementos que ajudam a explicar esse fenômeno. Por um lado, as classes de renda mais baixa foram as que mais perderam ocupações entre abril e junho de 2020, com destaque para as localizadas entre 1 e 2 salários mínimos (-10,7%) e de até

¹⁶ De acordo com a metodologia da PNADC, o rendimento habitual é o valor médio que o trabalhador normalmente receberia no período em sua ocupação atual, sem considerar descontos ou acréscimos esporádicos; já o rendimento efetivo diz respeito à remuneração de fato recebida no mês anterior à coleta, considerando descontos ou acréscimos extraordinários e/ou sazonais (IBGE, 2020a).

meio salário mínimo (-10,3%). Em grande medida, isso se deve ao fechamento de vagas entre os empregados sem carteira (tanto no setor público, quanto no privado), juntamente com a intensa queda nos rendimentos dos trabalhadores por conta própria¹⁷.

Figura 10 – Taxa de crescimento trimestral da população ocupada por faixa de rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos, Santa Catarina (2º trimestre de 2020, em %).



Fonte: Microdados da PNADC/T (2020); Elaboração própria.

Por outro lado, houve crescimento das ocupações principalmente nas faixas de rendimentos superiores a 3 salários mínimos (9,5% até 5 salários mínimos, e 4,5% acima disso), basicamente em função das novas contratações de funcionários públicos e de trabalhadores nos serviços de informação e comunicação, que figuram entre as categorias melhor remuneradas do estado.

Ainda que a transição dos trabalhadores entre as classes de renda possa explicar parte desses resultados, o fato de eles estarem associados com uma redução significativa na massa salarial evidencia que a principal razão para o aumento do rendimento médio habitual no período foi que as demissões se concentraram nas classes de renda mais baixa.

Com isso, a desigualdade de renda, vista a partir da óptica dos rendimentos do trabalho, aumentou consideravelmente no período¹⁸. O índice de Gini da distribuição dos rendimentos reais efetivamente recebidos em todos os trabalhos em Santa Catarina subiu de 0,414 para 0,428 entre o 2º trimestre de 2019 e de 2020. Em que pese sua permanência

¹⁷ Além dos muitos trabalhadores por conta própria que tiveram suas ocupações inviabilizadas pela pandemia, os que permaneceram ocupados no 2º trimestre de 2020 trabalharam em média 17% menos horas do que habitualmente trabalhariam. Com isso, o rendimento efetivo desses trabalhadores ficou 13% abaixo do habitual.

¹⁸ De acordo com estudo publicado pelo IPEA, o aumento nos rendimentos de outras fontes (MP 936 e, principalmente, Auxílio Emergencial) tendem a compensar o aumento da desigualdade de renda provocado pela queda no nível de ocupação nos rendimentos do trabalho em geral (BARBOSA; PRATES, 2020).

em patamares muito inferiores à média nacional, esse é o maior índice de desigualdade já registrado no estado desde o início da série histórica da PNAD Contínua¹⁹.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou situar o mercado de trabalho catarinense diante da crise associada à pandemia da Covid-19. Essa crise incidiu sobre um cenário já bastante deteriorado, uma vez que o estado ainda não havia se recuperado completamente das perdas registradas entre 2015 e 2017. Assim, ainda que Santa Catarina conte com uma condição relativamente melhor que o restante do país, seu mercado de trabalho também foi fortemente atingido, sofrendo perdas sem precedentes na série histórica.

Embora os impactos da crise da Covid-19 sobre a economia catarinense tenham começado a aparecer basicamente a partir da segunda metade de março, eles rapidamente afetaram os principais indicadores do mercado de trabalho estadual. Ainda no 1º trimestre de 2020, a paralisação das atividades e a perda de perspectivas dos trabalhadores em encontrar emprego levaram a uma queda histórica da população na força de trabalho, que diminuiu em cerca de 100 mil pessoas. O mês de março também marcou o início do fechamento de postos de trabalho, que levou a uma queda da ordem de 1,6% na população ocupada no trimestre. Nesse contexto, os primeiros atingidos foram os trabalhadores que se encontravam em ocupações mais flexíveis, além de alguns segmentos da indústria.

O período entre abril e junho de 2020 compreende a fase mais aguda das demissões e dos afastamentos dos trabalhadores catarinenses de seus postos de trabalho. Nesse período, Santa Catarina perdeu cerca de 110 mil postos de trabalho, acumulando o fechamento de 164 mil vagas no semestre. Essa queda foi a maior da série histórica, incidindo em praticamente todos os setores da economia estadual.

À medida que a poupança das famílias foi se deteriorando e as restrições à circulação de pessoas foram sendo eliminadas pelo Governo Estadual, parte desses trabalhadores voltou ao mercado de trabalho, agora na condição de desocupados. Com isso, houve um primeiro impacto desta perda histórica de empregos sobre a taxa de desocupação, que passou de 5,7% para 6,9% entre o 1º e o 2º trimestre de 2020.

O crescimento do desemprego só não foi maior devido ao crescimento inédito da força de trabalho potencial, que passou a abranger 183 mil catarinenses no trimestre

¹⁹ Em 2014 o índice de Gini dos rendimentos do trabalho em Santa Catarina era de 0,403, cerca de 6% abaixo do índice atual.

compreendido entre abril e junho de 2020. Dessa forma, a taxa de subutilização da força de trabalho estadual atingiu os 13,8% no período.

Os trabalhadores mais prejudicados no período foram os que realizavam atividades de serviços (destacadamente os prestados às famílias), os negros e os empregados informais. Nesse sentido, o nível de formalização do emprego foi um dos principais fatores que diferenciaram os impactos da crise da Covid-19 no Brasil e em Santa Catarina. Embora o mercado de trabalho catarinense tenha passado por um intenso processo de informalização ao longo dos últimos anos, o maior acesso dos trabalhadores aos direitos trabalhistas e à rede de benefícios sociais contribuiu enormemente para reduzir os impactos da crise sobre o estado.

Com a queda da população ocupada e a redução no número de horas trabalhadas, os rendimentos do trabalho também foram comprimidos. Ao longo de todo o 1º semestre de 2020, as demissões concentraram-se nas faixas salariais mais baixas, provocando uma aceleração dos índices de desigualdade de renda no estado. O comportamento desse indicador revela graves problemas para o mercado de trabalho catarinense, especialmente tendo em vista a redução do valor do programa de Auxílio Emergencial do Governo Federal e seu término previsto para o final de 2020.

Nos períodos seguintes, a tendência é que o nível de atividade econômica estadual volte lentamente aos patamares prévios à pandemia. Esse processo deve ser acompanhado por uma retomada na taxa de participação na força de trabalho, cujos impactos sobre a taxa de desocupação dependerão do nível de reincorporação dos trabalhadores demitidos ou afastados na fase mais aguda da crise.

Ainda que a retomada das ocupações perdidas compense o aumento da procura por trabalho, a queda nos rendimentos das famílias e os movimentos de quebra e reestruturação das empresas devem deixar rastros permanentes sobre o mercado de trabalho catarinense. Sem a perspectiva de uma recuperação vigorosa dos investimentos, as novas ocupações geradas tendem a concentrar-se em categorias informais, com elevados índices de subocupação. Nesse cenário, a recomposição das taxas de lucro dependerá da compressão salarial e da intensificação do trabalho, com efeitos mais graves sobretudo para os trabalhadores inseridos em ocupações mais precárias.

REFERÊNCIAS

BACCIOTTI, R.; MARÇAL, E. F. Taxa de Desemprego no Brasil em quatro décadas: retroposição da PNAD contínua de 1976 a 2016. In: **Textos para Discussão**, São Paulo: FGV, nº 522, fev/2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y66y2dwc>>. Acesso em: 28 set. 2020.

BARBOSA, R. J.; PRATES, I. Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP nº 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia. In: IPEA, **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**, n. 69, v. 26, jul/2020, p. 65-80.

Disponível em:

<www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/200811_bmt%2069_web.PDF>. Acesso em: 27 out. 2020.

HECKSHER, Marcos. **Cinco meses de perdas de empregos e simulação de um incentivo a contratações**. Nota Técnica nº 87, DISOC/IPEA, ago/2020. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200828_nt_disoc_n_87.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

HEINEN, Vicente Loeblein. Quatro meses da MP 936: Balanço dos impactos no mercado de trabalho catarinense. In: **Textos para Discussão**, Necat/UFSC, 2020. Disponível em: <<https://necat.ufsc.br/textos-para-discussao>>. Acesso em: 09 set. 2020.

HEINEN, V. L.; MATTEI, L. **Primeiros impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho catarinense**, 2020. Disponível em: <necat.ufsc.br/primeiros-impactos-da-crise-da-covid-19-no-mercado-de-trabalho-catarinense/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNADC: Notas técnicas versão 1.8**. 2020a. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. **Informações referentes à divulgação dos dados do 2º trimestre de 2020**, Nota técnica. 2020b. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y3nzslpz>>. Acesso em: 27 out. 2020.

MARCATO, M. B.; TORRACA, J. (Coord.). Impactos da COVID-19 na indústria de transformação do Brasil. In: **Textos para Discussão**, IE/UFRJ, n. 19, 2020. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>>. Acesso em: 28 out. 2020.

MATTEI, L.; DOURADO, D. A. A COVID-19 em Santa Catarina: Interpretando o estudo do Imperial College e Londres. In: **Textos para Discussão**, Necat/UFSC, 2020. Disponível em: <<https://necat.ufsc.br/textos-para-discussao>>. Acesso em: 09 jul. 2020.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Panorama do mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2018. In: XXIV Encontro Nacional de Economia Política, 2019, Vitória/ES. **Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia Política**. Niterói/RJ: SEP, 2019. Disponível em: <sep.org.br/anais/2019/Sessoes-Ordinarias/Sessao4.Mesas31_40/Mesa35/352.pdf>.

NOVO CAGED. **Painel de informações do Novo Caged**. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3gzBiDb>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PNADC/A – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. **Rendimento de todas as fontes** [IBGE]. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnadcontinua.html?edicao=27257&t=resultados>>. Acesso em: 17 out. 2020.

PNADC/T – **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral** [IBGE]. 2020. Disponível em: <<sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2020.

PNAD COVID-19 – **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19** [IBGE]. 2020. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em: 2 out. 2020.

Recebido em 31 de outubro de 2020 e aceito em 19 de novembro de 2020.